



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS
COORDENAÇÃO DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO
Rua Cícero Eduardo S/N – Bairro Junco – 64.600-000 – Picos –PI.
Fone (89) 3422-1087 – Fax (89) 3422-1043



**Economia Solidária versus Arranjo Produtivo Local: um Estudo de Caso
no APL de Caju, na Cidade de Picos, Piauí.**

**Solidarity Economy versus Local Productive Arrangement: A Case Study in APL
Cashew in the city of Picos, Piauí.**

Angélica Helena da Silva
Graduanda em Administração
angelicacelhelen@hotmail.com
UFPI

Maria Patrícia Ramos Dias
Graduanda em Administração
patricia_ramosd@hotmail.com
UFPI

Janayna Arruda Barroso
Mestra em Administração de Empresas pela UNIFOR
janaynaarruda@ymail.com
Professora orientadora da UFPI.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
 UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
 CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS
 COORDENAÇÃO DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO
 Rua Cícero Eduardo S/N – Bairro Junco – 64.600-000 – Picos – PI.
 Fone (89) 3422-1087 – Fax (89) 3422-1043



PARECER DA COMISSÃO EXAMINADORA
 DE DEFESA DE ARTIGO CIENTÍFICO DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

ANGÉLICA HELENA DA SILVA
 MARIA PATRICIA RAMOS DIAS

Economia solidária versus arranjo produtivo local: um estudo de caso no APL
 de caju na cidade de Picos-PI

A comissão examinadora, composta pelos professores abaixo, sob a
 presidência da primeira, considera a discente como:

- Aprovados(as)**
 Aprovados(as) com restrições

Observações: a nota está condicionada a entrega do TCC final com todas as
 alterações sugerida pela banca nos prazos previamente estabelecidos.

Picos (PI), 17 de setembro de 2013.

Janayna Arruda Barroso
 Orientadora – Profa. Janayna Arruda Barroso

Naudiney de Castro Gonçalves
 Prof. Naudiney Castro Gonçalves
 Membro

Cristiane Feitosa Pinheiro
 Profa. Cristiane Feitosa Pinheiro
 Membro

RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar as práticas de economia solidária existentes no dia-a-dia dos produtores do Arranjo Produtivo Local (APL) de caju na cidade de Picos. A economia solidária (ES), é um instrumento que permite a geração de empregos, renda e a inclusão social de diversos produtores, bem como proporciona uma maior competitividade no mercado nacional e internacional. Para realizar o presente estudo, optou-se por uma abordagem qualitativa através de um estudo de caso. Para a coleta dos dados utilizou-se 2 roteiros de entrevistas, um aplicado ao representante da governança do APL de Caju da cidade de Picos, e outro aplicado aos produtores. Em resposta aos objetivos da pesquisa, observou-se a existência de algumas práticas de economia solidária tais como: melhoria na qualidade de vida, inclusão social, aumento da renda, preço justo dos produtos, maior participação no mercado, melhoria na qualidade dos produtos, preocupação com o meio ambiente e melhor negociação e comercialização. Nesse sentido, pôde-se analisar que a economia solidária tem contribuído de forma relevante para geração de renda como alternativa ao capitalismo.

Palavras-chave: Economia solidária. Arranjo produtivo local. Desenvolvimento local .

ABSTRACT

This article aims to analyze the existing solidarity economy practices in day-to-day producers of cashew APL. The solidarity economy (ES), is an instrument that allows the creation of jobs, income and social inclusion of several producers, as well as providing greater competitiveness in domestic and international market. To perform this study, we chose a qualitative approach through a case study. To collect the data we used two interview scripts, one applied to representative governance APL Cashew Picos, and applied to other producers. In response to the research objectives, noted the existence of some solidarity economy practices such as improved quality of life, social inclusion, increased income, fair price of products, greater market share, improved product quality, concern for the environment and better trading and sale. In this sense, one could consider that the social economy has contributed significantly to income generation as an alternative to capitalism.

Keywords: Solidarity economy. Local productive arrangement. Local development.

1 INTRODUÇÃO

No cenário atual, a economia solidária (ES) apresenta grandes transformações que ocorreram no final do século XIX, pois ela surgiu como alternativa para mudar a situação que até então era desconhecida, já que a qualidade no trabalho era precária, o operário estava sujeito à péssima qualidade de vida que muitas vezes, os levava à morte. Além do nível de insatisfação do operário ser elevado, ele não tinha alternativas para mudar a realidade, enfrentando várias dificuldades como: aumento do desemprego, falta de alternativa para a geração de renda e ainda um regime de escravidão imposto pelo mundo capitalista.

Por tanto, a economia solidária vem ganhando grande espaço devido o aumento do número de empreendimentos, ou seja, as pessoas estão buscando manter-se através da autogestão, alternativas para geração de renda que visa manter a inclusão social por meio de uma economia que busca o trabalho em coletividade, para o bem estar de todos. Sendo assim, a economia solidária visa à cooperação dos indivíduos em coletividade para que todos tenham participação de forma democrática.

Nos últimos anos vem crescendo o número de aglomerações de Micro, Pequena e Médias Empresas (MPMEs), devido sua importância para o desenvolvimento econômico local e regional (VECCHIA, 2008). O Arranjo Produtivo Local (APL) tem papel relevante nos países subdesenvolvidos, pois ele envolve aglomerados de empresas que trabalham em função do mesmo objetivo, e que vem sendo práticas de várias micro, pequenas e médias empresas (MPMEs), se tornando alternativa para a geração de renda de arranjos que têm interesse em comum. “[...] os APLs possuem importante papel de integração sinérgica entre empresas, governo e universidades, potencializando a disseminação dos avanços tecnológicos [...]” (JUNIOR; MOREIRA, 2013 p. 122).

O APL estudado visa reunir as riquezas locais, extraído de recursos naturais como caju e seus derivados e, com o apoio da economia solidária, vem ganhar grande força no mercado e, ao mesmo, tempo deixando essas empresas tão fortes quanto as capitalistas, mas com práticas diferentes, pois na de economia solidária todos tem participação de maneira democrática.

O arranjo produtivo local (APL) e a economia solidária são dois fatores de grande importância para o desenvolvimento social e econômico, pois atuam como alternativa para a solução das consequências geradas pela desigualdade que o capitalismo provoca no mundo. Assim, é possível inferir-se a relação entre os mesmos e os benefícios em se trabalhar a economia solidária dentro de APLs. Nesse sentido, a economia solidária nos APLs traz grandes vantagens para as micro, pequenas e médias empresas, pois os arranjos produtivos locais facilitam a negociação e a valorização dos produtos.

Este estudo tem por finalidade identificar as ações praticadas no Apl pesquisado em relação à economia solidária, identificar as melhorias ocasionadas pela ação da economia solidária, além de identificar as deficiências em relação a ES no APL de caju.

2 ECONOMIA SOLIDÁRIA :ORIGEM E CONCEITO

A economia solidária (ES) teve sua origem na Grã-Bretania (Reino Unido), na primeira metade do século XIX, no mesmo período da Revolução Industrial, objetivando amenizar a exclusão social desencadeada pelo liberalismo econômico. Foram elaborados modelos de sociedade cooperativista e solidária, com o intuito de ultrapassar os limites de

uma sociedade capitalista, estabelecendo o chamado trabalho cooperativo (SINGER, 2002 *apud* ALVES E BURSZTYN, 2009). Portanto, pode se dizer que a economia solidária:

Nasceu como reação ao espantoso empobrecimento dos artesãos provocado pela difusão, das máquinas e da organização fabril da produção e exploração do trabalho nas fábricas, que não tinha limites legais e ameaçava a reprodução biológica dos proletariados (FERRANTE, LOURENZO E RIBEIRO 2007, p. 182).

Assim, antes do surgimento da economia solidária, os trabalhadores não tinham alternativa para sair daquele modo de trabalho com carga horária exaustiva, quase de escravidão, sem direito à qualidade de vida que o mundo capitalista industrial os obrigava a viver. No mesmo século, a ES despontou em outros países da Europa, como França, Holanda. No Brasil, a ES surgiu a partir do século XX, em resposta ao exacerbado capitalismo industrial, buscando uma saída às novas formas de exclusão e exploração no âmbito do trabalho. Segundo Singer (2010, p. 122), “com a crise social das décadas de 1980 e de 1990, em que o país se desindustrializou, milhões de postos de trabalho foram perdidos, acarretando desemprego em massa e acentuada exclusão social, a economia solidária reviveu no Brasil”. Portanto, a fase inicial da economia solidária teve suas raízes na necessidade de sobrevivência através de agrupamentos voluntários para manter-se dentro do mercado, por meio de atividades econômicas, utilizando métodos cooperativistas, igualdade entre membros, para assim permanecer no mercado competitivo.

Para Matias (2011), o cooperativismo é uma ferramenta para melhorar a situação econômica de determinado grupo de indivíduos, de forma a solucionarem problemas para o benefício em comum, ou seja, a cooperativa é um meio para que um determinado grupo de indivíduos atinjam seus objetivos, através de acordos voluntários caracterizados por uma cooperação recíproca.

Logo, a economia solidária pode ser definida:

Como um sistema socioeconômico aberto, amparado nos valores da cooperação e da solidariedade, no intuito de atender às necessidades e desejos materiais e de convivência, mediante mecanismos de democracia participativa e de autogestão, visando à emancipação e o bem-estar individual, comunitário, social e ambiental (SANTOS; BORINELLI; PITAGUARI, 2010, p. 1).

Conforme Singer (2010), para a solidariedade na economia ser concretizada, é necessário se organizar igualmente pelos que se associam para produzir, comercializar, consumir ou poupar. A chave dessa proposta é a associação e cooperação entre iguais, ao invés de contrato entre desiguais. Dessa forma, a economia solidária tem como objetivo a inclusão social dos pequenos produtores dentro de um mercado altamente competitivo, onde a coletividade é transformada em um diferencial, permitindo que os pequenos produtores possam competir com os grandes. Sendo assim, pode-se dizer que a ES tem uma maior preocupação com o bem estar humano.

Segundo Borinelli, Santos e Pitaguari (2010, p. 1), “a ES é centrada no ser humano e na sua capacidade de desenvolver soluções para os problemas que o afetam de forma democrática e participativa, substituindo o modelo hierárquico vertical pela horizontalidade das relações”. Logo, a economia solidária configura-se como um novo modelo da economia, primando pelos princípios que focam o ‘homem humanizado’, considerando os valores da solidariedade, cooperação, democracia, respeito e transparência que culminam na construção de uma nova realidade (MEDEIRO; CUNHA, 2012).

Nesse contexto, observa-se que o modelo de economia solidária é baseado em fortes princípios de cooperação e participação, opondo-se ao modelo hierárquico centralizador, ou seja, é descentralizado permitindo a participação de todos, de forma igualitária, apresentando

novas formas de convivência e de organização comunitária (BORINELLI; SANTOS; PITAGUARI, 2010).

Entre as definições teóricas de economia solidária, observa-se que ela surge como alternativa e solução para o desemprego, ou seja, o indivíduo trabalha de forma coletiva para ganhar competitividade no mundo capitalista. Dessa forma, segundo Nascimento (2006), a sociedade busca a satisfação de necessidades derivadas da economia real, como o emprego, a oferta de serviços de saúde, a educação, a distribuição equitativa da renda, dentre outras necessidades.

Segundo Silva (2009), a ES de forma mais ampla, pode ser constituída como um conjunto de atividades que contribui para a democratização econômica a partir de aglomerações de todos os envolvidos que tenham como princípios a busca pela igualdade social, a preocupação em preservar o meio ambiente e a luta por justiça social, pois são direitos garantidos pela Constituição Federal.

Em 2003, foi criada a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), dentro do Ministério do Trabalho e do Emprego visando apoiar e auxiliar o fortalecimento das iniciativas de economia solidária que vêm sendo desenvolvidas por entidades, instituições e empreendimentos de autogestão (VASCONCELOS, 2007, p.264). A SENAES busca apoiar empreendimentos solidários com o objetivo de obter acesso a serviços financeiros, apoio a comercialização, assistência técnica, formação profissional, social e política com o intuito de erradicar a pobreza através de implantação de estratégias para o desenvolvimento local (SENAES, 2011).

Para a SENAES, a economia solidária (2009, p. 17) é “um conjunto de atividades econômicas - de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito – organizadas e realizadas solidariamente por trabalhadores e trabalhadoras sob a forma coletiva e autogestionária”.

Em 2005, foi realizado um mapeamento, registrando em sua primeira etapa, aproximadamente 18 mil empreendimentos e em 2007, chegando a 22 mil empreendimentos no Brasil. Esse mapeamento deu origem ao Sistema de Informações em Economia Solidária (SIES), no qual permitiu que milhares de Entidades de Apoio e Fomento (EES) de base coletiva e autogestionária fossem identificados e caracterizados (CARVALHO, 2011).

O Sistema de Informação em Economia Solidária (SIES) objetiva a construção de uma base de informações nacionais, o fortalecimento e a integração dos EES, reforça a visibilidade da economia solidária; subsidia processos públicos de reconhecimento dos EES; subsidia a elaboração de marcos jurídicos, propicia o desenvolvimento de estudos e pesquisas, além da formulação de políticas públicas (SENAES, 2009). Portanto, este sistema veio para apoiar a ES nos aspectos primordiais para sua consolidação.

Diante do exposto, a ES tem se expandido, trazendo benefícios positivos para o fortalecimento das aglomerações de MPMEs. As mesmas surgem como esperança para muitas famílias, pois elas permitem a participação e a inclusão destas por meio da cooperação, integração, união e coletividade.

2.1 Economia solidária frente ao capitalismo

Durante algum tempo, o sistema capitalista era visto como algo estável, mas no decorrer do seu crescimento, passou por diversas crises, chegando assim em um momento de dificuldade econômica, pois esse período foi marcado por “ [...] expansão e crescimento da produção, sendo bruscamente coartados por depressões, caracterizadas por falência, quebraadeiras e, no que toca aos trabalhadores, desemprego e miséria” (NETTO; BRAZ, 2009, p.156).

Para Ferrante, Lorenzo e Ribeiro (2007, p. 182), “quando se ouve falar em economia, vem logo à ideia de concorrência, de individualismo, de mercado e lucro. Essa visão considera apenas a economia capitalista, baseada na acumulação de capital e na apropriação privada dos meios de produção”, ou seja, o capitalismo mecaniza as pessoas, fazendo-as se sentirem uma máquina ou parte da mesma, enfim, não passam de um complemento para a produção, não permitindo, dessa forma, a liberdade e a participação, o que as torna escrava do capitalismo.

Para um melhor entendimento, Ianni (1982 *apud* Aquino 2011, p. 20) expõe a ideia de Marx sobre o capitalismo, conceituando-o como:

Um sistema de mercantilização universal e de produção de mais-valia. Ele mercantiliza as relações, as pessoas e as coisas. Ao mesmo tempo, pois, mercantiliza a força de trabalho, a energia humana que produz valor. Por isso mesmo, transforma as próprias pessoas em mercadorias, tornando-as adjetivas de sua força de trabalho.

O que difere a economia solidária da economia capitalista é o modo como são administradas, ou seja, a última, também denominada de heterogestão, atua de maneira hierárquica, formando níveis de autoritarismo onde as informações fluem de baixo para cima e as ordens de cima para baixo, tornando o funcionário escravo do patrão, com o qual ele não pode expor suas ideias e conhecimentos, ou seja, sua função é acatar as ordens. Entretanto, a economia solidária é denominada de autogestão, cooperação ou distribuição de renda, é administrada de forma democrática e não tem distinção de níveis hierárquicos, ou seja, todos atuam de forma igualitária, as decisões são tomadas em assembleias quando as empresas são pequenas, e quando são maiores elegem-se delegados que se reúnem para a tomada de decisão (SINGER, 2010).

No que diz respeito à participação no mercado de trabalho, observa-se que:

[...] os trabalhadores, como classe incluída e submetida ao modo de produção capitalista, são apenas uma parte da população economicamente ativa. Uma parcela muito numerosa da população é excluída de forma permanente do chamado mercado de trabalho e empurrada para relações sociais que podem continuar mercantis, mas não são especificamente capitalistas, alcançando inclusive a marginalidade completa (TAVARES, 2000 *apud* CITÓ, 2010, p. 30).

Portanto, o capitalismo domina o mercado, causando a desigualdade, o que leva ao desemprego e à exclusão social. Assim, a economia solidária surge para reverter esse papel, passando a trabalhar a coletividade e o bem estar social e trazer transformações consistentes a vida das pessoas.

Dessa forma, Aquino (2011) diz que quem participa de uma empresa solidária visa à coletividade, a união e o bem estar social, enquanto a empresa capitalista não se importa com o “como”, mas o seu objetivo é o lucro, não se preocupando com a exploração da mão de obra e do produto. Isso não quer dizer que a economia solidária não visa o lucro, ela visa sim, porém o lucro social, sem exploração da mão de obra. Mediante isso, o capital social que a economia solidária recebe “é representado pelos laços de confiança e de reciprocidade, de cooperação e solidariedade entre indivíduos que conjugam uma mesma história, normas, valores, objetivos, obrigações e fluxos de informações” (PUTNAM, 2006 *apud* COSTA; PATIAS; MARCO, 2012, p. 3).

Quanto ao salário, Singer (2010) enfatiza que, na empresa capitalista, este é determinado de acordo com a ocupação, cargo e responsabilidade que o funcionário assume na empresa, sendo também muitas vezes determinado de acordo com a demanda e oferta de mão de obra, uma vez que a escassez de mão de obra em algumas profissões o torna mais valorizado.

Ao contrário da capitalista, as empresas de economia solidária visam manter a igualdade entre ambas as partes, os sócios não recebem salários e sim a retirada ou pró-labore que varia conforme a receita obtida. Algumas empresas fazem a opção de determinar o menor e o maior valor da retirada para cada associado; outras não fazem essa determinação e deixa o cooperado à vontade para receber o valor proporcional à sua produção (SINGER, 2010).

Singer (2010), comenta que, na empresa capitalista, quando o empregado está insatisfeito, ele pode pedir demissão e procurar outro emprego melhor, o mesmo pode acontecer com o empregador que também pode demitir o funcionário desde que pague seus encargos trabalhistas, tais como: seguro desemprego, décimo terceiro, FGTS, entre outros.

Assim, de acordo com a forma de conduzir a questão do trabalho:

A economia solidária é ou poderá ser mais do que mera resposta à incapacidade do capitalismo de integrar em sua economia todos os membros da sociedade desejosos e necessitados de trabalhar. Ela poderá ser o que em seus primórdios foi concebida para ser: uma alternativa superior ao capitalismo (SINGER 2010, p. 114).

Diante disso, a economia solidária tem como objetivo a valorização do ser humano, libertando-o da subordinação do capitalismo e dando a todos a oportunidade de participação nas decisões de forma democrática. Nesse sentido, Singer (2010, p.18) afirma que “a empresa solidária se administra democraticamente, ou seja, pratica a autogestão”, o que permite assim, a participação de todos nas tomadas de decisão.

3 CONCEITOS E CARACTERÍSTICAS DE ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS (APLS)

Os APL surgiram no Brasil como forma de alavancar a economia local através de vantagens para fortalecer as aglomerações das MPMEs para as tornarem mais competitiva no mercado. Dessa forma, os APLs vêm ganhando grande relevância no cenário econômico, sendo utilizados como estratégias para a valorização de aglomerados de empresas locais, atuando como empregador de pessoas, evitando assim o deslocamento das mesmas de suas regiões para outras em busca de melhores qualidades de vida. Nesse sentido o governo” [...] tem percebido que os APLs pode ser uma estratégia para a valorização do local, empregando pessoas da comunidade, evitando, assim, o êxodo para as metrópoles”. Barroso (2008,p.11) ou seja, os APL tem sido visto, como alternativas para o desenvolvimento local e geração de renda. Desse modo os arranjos produtivos locais, podem ser definidos segundo Castro (2009), como aglomerados de empresas que se encontram localizados em um mesmo território, trabalham em cooperação, com especificidade na produção, sempre interagindo e aprendendo entre si e com outros atores locais, como: as associações empresariais, o governo, instituições de crédito, ensino e pesquisa.

Já Stefano (2008) caracteriza arranjos produtivos locais como aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais, que têm foco em um conjunto específico de atividades econômicas e que apresentam vínculos entre si. Além disso, Oliveira (2009) cita que os APLs são direcionados para a exploração das potencialidades das regiões, atuam como uma alternativa para o desenvolvimento econômico e regional sendo apoiados pelo governo e por pesquisadores, devido proporcionar a geração de riquezas através do uso dos recursos existentes de maneira autossustentável.

Sendo assim, para existir um APL é cogente a concentração de mais de uma empresa que trabalhe em um mesmo setor, localizada em um mesmo espaço geográfico e que seus atores trabalhem sempre em cooperação, o que pode tornar relevante no contexto econômico

municipal, estadual e regional. Assim, um APL não se resume somente em empresas ou em empreendimento, mas na soma de um conjunto de esforços em prol de objetivos em comum.

Além disso, é importante ressaltar que:

Essas aglomerações não se medem somente pelo número de empresas que as compõe. Mas de diversos fatores, tais como: número de postos de trabalho, faturamento, mercado, geração de empregos indiretos e até potencial de empreendedores informais que poderiam organizar-se como pessoa jurídica entre outros (CASTRO, 2009 p. 8.).

Muitas empresas ou pessoas se reúnem formando associações, cooperativas ou arranjos empresariais para alcançar o objetivo almejado através da eficiência coletiva. E no que se refere às estratégias, é de competência de cada empresa determinar seus métodos de trabalho. Logo, numa determinada região as micro e pequenas empresas unem forças na busca de objetivos em comum, que consiste na inserção no mercado com grande chance de competitividade e desenvolvimento econômico (PEREIRA; REIS, 2008).

Mediante as definições descritas, verifica-se que os APLs devem se organizar de forma a cooperarem entre si, para que haja um desenvolvimento através da cultura, e da troca de informações e experiência. Segundo Pereira e Reis (2008, p. 18) “os arranjos produtivos locais dependem da sua interação e integração com outras redes, ou seja, trocar conhecimentos e informações”, sendo isso de grande relevância para o fortalecimento da produção e inovação local.

Quanto à interação entre as forças locais e globais, as micro e pequenas empresas cumprem um importante papel dentro desse aspecto, pois se encontram fortemente impregnadas de ‘culturas locais’, levando a um aumento significativo tanto da eficiência produtiva como de sua sustentabilidade (PEREIRA; REIS, 2008). A integração dos APLs se torna uma base sólida para o desenvolvimento local, que envolve diversas dimensões, a saber:

O desenvolvimento local integra várias dimensões, espaciais, econômicas, sociais, culturais e políticas, que, por meio do seu conjunto dinâmico, podem produzir uma prosperidade sólida e durável que não se reduz à taxa de crescimento do PIB do município somente (FAURÉ; HASENCLEVER, 2005, p. 19).

Barquero (1986 *apud* Filho e Camillo, 2011 p.16) afirma que o desenvolvimento econômico local deve ser apoiado nos recursos existentes no território com o objetivo de melhorar a qualidade de vida da população e o desenvolvimento da região, através do aumento da capacidade competitiva, reestruturação do sistema produtivo e aumento do número de empregos.

Nesse sentido, Faver (2009), elucida que os arranjos produtivos locais têm a função de sustentação dos envolvidos maior do que a da economia do país, ou seja, tem uma maior preocupação com o indivíduo do que com a economia do Estado. Além disso, esses empreendimentos são formados como alternativas da inclusão social, sendo na maioria das vezes compostos por famílias desempregadas que almejam a participação na sociedade.

Dessa forma pode-se afirmar que:

[...] a intensidade dos relacionamentos de uma empresa dentro de uma aglomeração contribui significativamente para sua competitividade e sustentação econômica. Com isso, as empresas dentro de um mesmo território têm mais chance de sobreviver e crescer economicamente, como ocorre com as MPEs que se reúnem dentro de APLs para permanecerem mais fortes, unindo habilidades, competências e conhecimentos (FERREIRA, 2008, P.43).

O APL envolve um conjunto de atores, que segundo Duarte (2012), possuem fortes relações socioculturais e de cooperação, visando o alcance de objetivos comuns, podendo ser

encontrados agentes econômicos, políticos e sociais, assim como diversas instituições públicas e privadas. Esses vários agentes econômicos contribuem para a concretização desse empreendimento.

Diante disso, Sherer e Oliveira (2006) concretizam que os APLs, em suas esferas econômicas, política e social, utilizam o capital humano, o nível de cultura e habilidade dos cidadãos, capital social e a capacidade de gerar e aplicar novos conhecimentos em determinado local. Portanto, os APLs visam à melhoria das condições de vida dentro de uma economia sustentável baseada na confiança, interação, parcerias e cooperação, gerando assim expectativas para os membros envolvidos.

Para uma melhor compreensão é necessário abordar as características de um APL, que são:

[...] proximidade geográfica, especialização setorial, predominância de pequenas e médias empresas (PMEs), cooperação interfirmas, competição interfirmas determinada pela inovação, troca de informações baseada na confiança socialmente construída, organizações de apoio ativas na oferta de serviços e parceria estreita com o setor público local. (CROCCO *et al* 2003 *apud* BARROSO E SOARES, 2009 p.1438)

Os APLs são classificados por tipo, podendo ser: APL informal, organizado ou inovativo. O quadro 1 a seguir expõe as tipologias de APL.

Tipologia consagrada de APL			
	APL informais	APL organizado	APL inovativos
Existência de liderança	Baixo	Baixo e médio	Alto
Tamanho das firmas	Micro e pequena	MPME	MPME e grandes
Capacidade inovativa	Pequena	Alguma	Contínua
Confiança interna	Pequena	Alta	Alta
Nível de tecnologia	Pequena	Média	Média
Linkages	Algum	Algum	Difundido
Cooperação	Pequena	Alguma e alta	Alta
Competição	Alta	Alta	Média e alta
Novos produtos	Poucos; nenhum	Alguns	Continuamente
Exportação	Pouca; nenhuma	Média e alta	Alta

Quadro1- Tipologias de APLs **Fonte:** Mytelka e Farinelli (2000, p. 12).

Essa tipologia ocorre a partir da análise de categorias que são: a existência de liderança, o tamanho das firmas, a capacidade inovativa, a confiança interna, o nível de tecnologia, linkages, cooperação, competição, novos produtos e exportação.

O APL informal possui baixa existência de liderança, além de serem baixos a capacidade inovativa, a confiança interna, a cooperação e o nível de tecnologia é baixo devido a mão de obra ser pouco qualificada, mas por outro lado são micro e pequenas empresas que através de poucos produtos e pouca exportação possuem uma maior potencial competitivo. Os APL organizados a liderança é baixa e media, possui alguma capacidade inovativa, o que permite uma melhoria no nível tecnológico, e com isso um alto poder de competitividade, uma maior confiança entre os atores que compõe as MPMEs, ocorrendo uma média e alta exportação com alguns produtos. Quanto aos APLs inovativos, são caracterizados pela existência de uma alta liderança, um nível tecnológico elevado, além da mão de obra ser capacitada o que permite um alto nível de cooperação e uma maior confiança entre os atores locais, permitido uma alta competição e um nível alto de exportações.

Desde modo, a tipologia de APL é uma das ferramentas para classificação dos mesmos, e proporciona a análise dos níveis e diferenças de cada um, demonstrando os seus pontos fortes e fracos. Com isso, torna-se possível planejar as melhorias necessárias para que ocorra um desenvolvimento glocal.

3.1 Vantagens do APL

A pós-globalização no mundo moderno, trouxe consigo o aumento da concorrência que encontra-se cada vez mais acirrada. Torna-se necessário que as MPMEs continuem atuantes no mercado e que busquem a inovação, gerando vantagens competitivas sobre as demais empresas. Dentro desse contexto os APLs tornam-se uma opção para que a sobrevivência no mercado se torne algo possível.

Brito (2002, p. 1) enfatiza que “[...] a estruturação em aglomerados estimula processos interativos de aprendizado ao nível local que viabilizam o aumento da eficiência produtiva criando um ambiente propício à elevação da competitividade dos agentes”. Logo, essas aglomerações surgem devido à cooperação e costumam ter grande força na geração de emprego a nível local, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico.

Os arranjos favorecem o desenvolvimento e o aperfeiçoamento das pequenas e médias empresas, possibilitando que elas participem do mercado mesmo competindo com empresas de maior porte, desde que funcionem de forma complementar e, conseqüentemente, vençam as desvantagens de ser pequenas (FAVER, 2009 p.72).

Desse modo, a formação do APL proporciona grandes vantagens para se sobressair no mercado competitivo. A Figura 1 ilustra as vantagens competitivas de MPMEs participantes de APLs, fazendo referência às que geram benefícios em termo de força e poder com seu ambiente e às que contribuem para a competitividade interna através da dinâmica de atividades e processos.

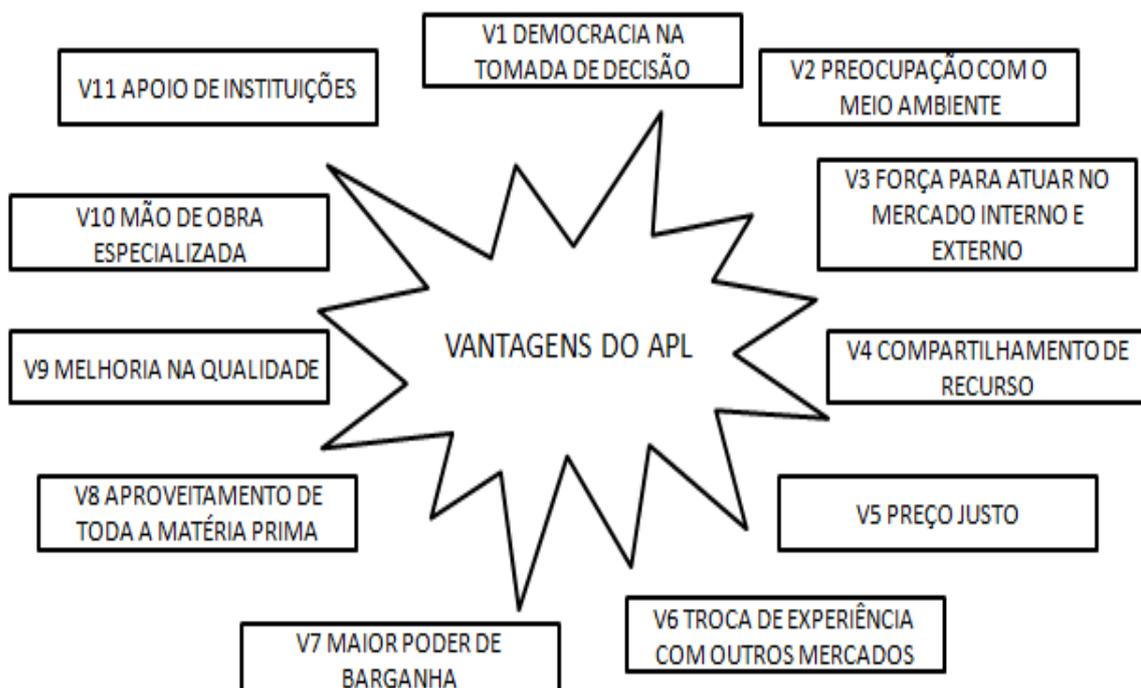


Figura 1: Arquétipo de vantagens competitivas MPME participantes de APLs.

Fonte: Cezarino e Campomar, 2006, adaptado pelos autores.

As vantagens do APL envolvem desde a democracia na tomada de decisão até apoio de instituições. Além disso, os APLs não se limitam apenas à cadeia produtiva que os compõe, mas também englobam, de acordo com Boas e Martines (2006 p.140), as entidades representativas que são as associações, órgão governamentais, centro de pesquisa, empresa de consultoria, escolas, universidades, entre outros, buscam integrar-se para gerar vantagens competitivas locais. A cooperação entre os APLs torna-se uma das suas principais vantagens, por viabilizar uma produtividade mais eficiente favorecendo a competitividade com grandes empresas, podendo assim, competir no mercado internacional. Diante do exposto, verifica-se que:

As vantagens locais das regiões mais atrasadas estariam inicialmente vinculadas ao baixo custo de alguns fatores produtivos e à concessão de subsídios fiscais e financeiros. Numa etapa posterior, essas vantagens seriam reforçadas pela criação de eficiências coletivas que se originariam dos encadeamentos produtivos e das interações entre os agentes, mediante articulações locais, regionais ou intra-regionais capazes de gerar fluxos de conhecimentos e informações entre produtores, fornecedores e consumidores. O resultado poderia ser o desenvolvimento de uma estrutura produtiva local geradora de vantagens aglomerativas, capazes de se transformarem em vantagens competitivas, a partir da criação de um pólo de crescimento (TEIXEIRA; FRANCISCO, 2008, p. 60).

O APL possuem vantagens para a valorização do ambiente local, podendo assim alavancar a economia através de apoio como de investimentos financeiros que facilitem a inserção de empreendimentos solidários para desenvolvimento e conseqüentemente maior competitividade, gerando riqueza e renda.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esse estudo teve como objetivo analisar as práticas de economia solidária existentes no dia-a-dia dos produtores do APL de caju. Para tanto, foi realizado um estudo de caso por meio de uma pesquisa de campo. De acordo com Leite (2008 p.66), o estudo de caso pode ser caracterizado como “um estudo intenso e profundo a respeito de qualquer assunto em relação a uma unidade social. O foco de estudo pode ser um indivíduo, um grupo social específico, uma comunidade ou uma organização.” ou seja, possibilita maior totalidade e profundidade dos dados e uma integração maior do pesquisador, pois exige um conhecimento mais elevado na área em que está atuando. Já segundo Vergara (2007 p.47), a pesquisa de campo “é a investigação empírica realizada no local onde ocorre ou ocorreu um fenômeno ou que dispõe de elementos para explicá-lo”. Sendo também descritiva que de acordo com Diehl (2004 p.57) “tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis”.

Para realização dessa pesquisa optou-se por uma abordagem qualitativa, utilizando-se para coleta dos dados de um roteiro de entrevista. A decisão por essa abordagem permitiu descrever e analisar a complexidade de determinado problema e a interação de certas variáveis, compreender e classificar os processos dinâmicos vividos por grupos sociais, que contribuem no processo de mudanças de dado grupo e possibilitar, em maior nível de

profundidade, a compreensão das particularidades do comportamento dos indivíduos (DIEHL, 2004).

Dessa forma, esta pesquisa utilizou-se dados primários que são estudos diretos feitos em campo e secundários que são aqueles dados anteriormente coletados pela empresa ou por outras instituições. Dentre as formas de levantamento de dados secundários optou-se pela pesquisa documental, segundo Leite (2008, p.65) refere-se a uma pesquisa que utiliza documentos, diferente da histórica que investiga os dados do passado. Além disso, a pesquisa bibliográfica, também realizada com dados secundários, é desenvolvida a partir de material ou obras já existentes, constituídas principalmente de livros, jornais, revistas e artigos científicos (DIEHL, 2004). A mesma utilizou-se de métodos exploratórios adotados em áreas nas quais há pouco conhecimento acumulado e sistematizado (VERGARA 2007).

Durante a pesquisa, foram aplicados dois roteiros de entrevista. A entrevista é uma conversação efetuada face a face, de maneira metódica, que poderá proporcionar ao entrevistador, verbalmente, a informação necessária (LAKATOS, 2006). O universo da pesquisa é de 450 produtores que são distribuídos em nove cidades do Estado do Piauí: Altos, Ipiranga do Piauí, Vila Nova, Campo Grande do Piauí, Itainópolis, Monsenhor Hipólito, Pio IX, Francisco Santos e Jaicós, na qual foi decidida a aplicação de um roteiro para os produtores de pequeno, médio e grande porte e outro para o representante da governança do APL de caju. Foram realizadas uma entrevista com 12 produtores e outra ao gestor da governança, a escolha dos entrevistados se deu por conveniência. No quadro 2 estão dispostos os sujeitos da pesquisa.

SUJEITO ENTREVISTADO	QUANT.	CÓDIGO DO ENTREVISTADO
1. Representante da governança do Apl de Caju	1	Entrevistado 1
2. Grandes produtores de caju	3	Entrevistado 2, 3 e 4
3. Médios produtores de caju	3	Entrevistado 5, 6 e 7
4. Pequenos produtores de caju	6	Entrevistado 8 a 13
TOTAL	13	

Quadro 2 – Sujeitos da pesquisa. Fonte: dados da pesquisa

Com base nos resultados das entrevistas tornou-se possível a análise das práticas de economia solidária no APL, assim como suas características e vantagens.

5 ANÁLISES DOS RESULTADOS

Tomando como base o referencial teórico estudado sobre o tema economia solidária no arranjo produtivo local, pode-se constatar as melhorias que a economia solidária vem proporcionando através de ações e práticas que visam a melhoria da qualidade de vida das pessoas e a participação dos mesmos no desenvolvimento da economia local. Constatou-se a existência da economia solidária em torno da atividade produtiva estudada, no qual ocorre o estímulo, a cooperação, a confiança e a solidariedade entre os produtores e seus parceiros. Esses estímulos propiciam o fortalecimento do direito à cidadania e à melhoria da qualidade de vida. Matias (2011) afirma que o cooperativismo é uma forma para a melhoria da situação econômica dos grupos de pessoas e conseqüentemente o progresso da economia local.

Essas vantagens de empreendimentos solidários estimulam a participação entre os membros que os compõem, para assim valer o direito à igualdade, à liberdade na tomada de

decisão, à preservação do meio ambiente e à luta por justiça social, corroborando com Silva (2009), ao afirmar que a economia solidária contribui para democratização a partir de aglomerados de todos os envolvidos. Diante disso, verificou-se que apesar de pouco tempo de existência da economia solidária no APL de Caju na cidade de Picos, ocorreu a melhora da condição de vida dos associados, permitindo assim, o controle do preço e participação dos produtos no mercado justo que, segundo Fontes (2009), surge como forma para atender às demandas de consumo por produtos éticos e para construir instrumentos capazes de reduzir o controle negocial exercido por grandes empresas sobre pequenos produtores.

Apesar dos desafios enfrentados por esse empreendimento, o agronegócio de caju no município de Picos tem permitido um salto marcante para os envolvidos, pois os mesmos já atendem mercado nacional e internacional com produtos de boa qualidade. Em relação à tipologia do APL de Mytelka e Farinelli (2000), o aglomerado de caju estudado se classifica como organizado, pela existência de liderança baixa e média, ser uma micro pequena e média empresa (MPME), alguma capacidade inovativa, confiança interna alta, nível de tecnologia médio, linkages difundido, pequeno nível de cooperação, competição alta, os novos produtos são poucos ou nenhum e exportação é média e alta.

Através da pesquisa pode-se perceber a existência de práticas que envolvem economia solidária no APL de caju, esses aspectos foram obtidos a partir da análise da fala dos entrevistados, tornando possível a criação de categorias de análise, apresentadas no quadro 3.

Categorias	Descrição sumária dos resultados
Melhoria na qualidade de vida	Melhora da condição financeira dos produtores
Capacitação/mão de obra	Melhor qualificação dos produtores
Abertura de Mercado	Melhoria na negociação – comércio justo
Meio Ambiente	Cuidados necessários para preservação
Desafios	Enfrentar os problemas que atingem a produção
Apoio	Instituições de apoio para o desenvolvimento do APL
Governança	Responsável pela tomada de decisão

Quadro 3 : Práticas de ES implementadas no APL de caju. Fonte: Dados da pesquisa

As categorias dispostas no quadro 3 serão detalhadas nas seções seguintes, corroborando com o referencial teórico.

5.1 Melhoria na qualidade de vida

A cajucultura no Estado do Piauí tem contribuído bastante para a inclusão social e melhoria na qualidade de vida dos atores envolvidos, dessa forma a criação do APL trouxe a tona práticas da economia solidária, a partir do aumento da renda e de uma maior cooperação entre os membros que veio de forma a tornar todos os atores iguais, fortificando o aglomerado.

[...] a qualidade de vida melhorou nesse sentido que a gente tanto participando de uma organização, uma cooperativa uma associação de um movimento qualquer de uma reunião isso faz bem pro bem esta da pessoa, sabendo que agente está contribuindo pra alguma coisa (Entrevistado 2).

Melhorou bastante, a renda aumentou, a gente trabalha em grupo e isso é muito bom (Entrevistado 3).

Fica evidente a melhoria da qualidade de vida dos produtores, a partir da inserção da economia solidária, dentro do Arranjo Produtivo Local. Nesse contexto, Pereira e Reis (2008) e Moura (2006) enfatizam que as pessoas devem se reunir para alcançar objetivo desejado através da eficiência coletiva, para um melhor entendimento deve-se abandonar o individualismo e assim atuar de forma coletiva para maior benefício dos envolvidos.

5.2 Capacitação/mão de obra

A capacitação da mão de obra é um dos fatores de maior relevância em qualquer organização, por permitir um melhor desempenho das atividades ao utilizarem o conhecimento, habilidades e competência das pessoas. Desse modo, no decorrer da pesquisa verificou-se que a economia solidária exige dos seus atores uma capacitação para obter conhecimento técnico e teórico a respeito da Cajucultura, de modo a diminuir os riscos da produção, aumentando assim as chances do empreendimento obter sucesso. Outro ponto importante em relação à mão de obra, refere-se a uma das principais características da economia solidária, à coletividade que visa primeiramente à união e o bem estar social, sem a exploração da mão de obra, apresentando por Aquino (2011).

ainda a muito há desejar por que o pessoal ainda precisa de muita ajuda e a pouco apoio técnico (Entrevistado 12).

Aqui vez ou outra vem cursos, já fiz uns, eu fiz o curso do aproveitamento de caju, cajuína, aprendi a fazer bife de caju, creme de galinha, coxinha, veio curso de informática (Entrevistado 13)

A gente busca através de parcerias que temos com o SEBRAE, EMBRAPA e o EMATER a gente procura por que a maior ferramenta do homem é o conhecimento a gente vem buscando, levando o conhecimento a base de cooperados para que eles possam desde a escolha do clone fazer uma boa escolha, fazer os tratamentos culturais de forma correta, a produção de forma correta, a armazenagem de forma correta e também o processamento de forma correta, então isso aí a gente vem fazendo na medida do possível. (Entrevistado 1)

No tocante à mão de obra é de suma importância a capacitação para dar continuidade às atividades produtivas da forma correta, como fator indispensável para o fortalecimento da economia solidária, porém verificou-se que o apoio técnico oferecido ainda é insipiente em relação à necessidade dos cajucultores.

5.3 Abertura de mercado

A abertura de mercado refere-se à inclusão das empresas no mercado que está cada vez mais competitivo. A economia solidária se organiza de forma igualitária entre seus membros para produzir, comercializar, consumir e poupar que tem como proposta a associação e a cooperação e tem como objetivo a inclusão dos pequenos produtores no mercado competitivo, que de acordo com Singer (2010), a coletividade torna-se o diferencial competitivo para que os pequenos produtores possam competir com os grandes.

Na prática da economia solidária dentro do APL, o comércio justo veio como fator determinante para entrada do APL de caju no mercado competitivo. Dessa forma, o mercado justo tem contribuído de forma significativa para a valorização tanto do produto como dos envolvidos no processo que, segundo Fontes (2009), vem facilitando a negociação,

diminuindo assim o controle das grandes empresas sobre os pequenos produtores. Desse modo, a economia solidária no APL analisado tem toda a preocupação em trabalhar dentro do sistema justo, funcionando da seguinte forma:

O APL recebe a matéria prima e o produtor ele tem que ter as questões legais quanto ao meio ambiente, quanto à legislação trabalhista, quanto a pagar o preço justo, ele tem que ser justo desde pagar ao produtor até o consumidor final, ninguém nesse meio aí pode ser explorado todo mundo tem que trabalhar todo mundo tem que receber (Entrevistado 9)

Mas, afinal de contas o que é ser justo?

Justo é isso que estou dizendo, por exemplo, produzir um kg de castanha se é para um mercado convencional num interessa, se ele está comprando um kg de castanha, quem está comprando não se preocupa se aquilo ali está cobrindo os custos, já o mercado justo não, ele se preocupa sim, por exemplo, estou pagando x,mas x deu para cobrir tudo isso? Então é isso. (Entrevistado 3)

Então ele permite uma produção justa que proporciona um pagamento justo para os produtores, considerando os princípios do pagamento legal, ou seja, é uma alternativa do comércio convencional, pois permite a inclusão dos atores de forma justa em um mercado global.

5.4 Meio ambiente

Nos últimos tempos, o meio ambiente tem sido motivo de reflexão de diversas comunidades, pois essa preocupação surge das consequências causadas pela degradação do mesmo. São problemas que se tornam cada vez mais difíceis de serem solucionados, sendo necessário haver um equilíbrio entre o que é retirado e o que é repostado à natureza. Sendo assim, pode-se observar na pesquisa que a economia solidária junto ao APL de caju, possui uma preocupação com o meio ambiente, por se tratar de recurso natural, requerendo um maior cuidado e preocupação.

A gente tem toda preocupação não se usa mais veneno, queimadas também a gente procura evitar dentro da medida do possível, desmatamento e quem degrada e você sabe que quando se faz o desmatamento tem que queimar, não tem outra maneira de você fazer a limpeza sem fogo mais como agente tem praticamente uns 10 anos que não se faz mais desmatamento. (Entrevistador 7)

Tenho cuidado com o meio ambiente é uma coisa que todos nos devemos defender a gente evita agrotóxico, queimada e outras coisas mais (Entrevistador 3)

Nesse contexto, isso pode se afirmar ao analisar que os envolvidos buscam os princípios de preservação do meio ambiente de acordo com Silva (2009 *apud* Aquino, 2011), na qual o cuidado do homem com o meio ambiente é uma questão de sobrevivência assim ele busca a melhor forma possível. A economia solidária segue um preceito que a produção e o manejo do produto devem ser feita com cuidado para não agredir o terreno de produção e o ambiente em que vive.

5.5 Desafios

O APL de caju estudado passa por diversas dificuldades que se tornam desafios para a economia solidária. Essas dificuldades são de ação natural como a escassez de chuvas pela região que retarda a colheita, o que reflete a não safra planejada do caju. Há também outros aspectos que são encarados como desafios, como a dificuldade de trabalhar em grupo tendo

como base a cooperação, por conta de fatores culturais e educacionais de uma sociedade capitalista e individualista na maioria das situações.

A seca, esse nosso grande desafio (Entrevistador 4).

O principal desafio realmente é uma questão cultural de formação, educação do nosso povo. O nosso povo não tem uma visão de trabalho comunitário, trabalho em cooperativa ainda estamos muito apegado ao individualismo etc. A outra dificuldade é a questão do sistema em que o agente vive em um sistema capitalista em que é totalmente avesso a um sistema cooperativista então como é que um pequeno grupo vai viver dentro de um sistema desse em que é olho por olho dente por dente que prega a todo instante uma sociedade de consumo que você tem que viver disso, tem que defender o que é seu e brigar até pelo que não é seu e uma sociedade de consumo terrível, como colocar as pessoas para trabalhar em conjunto dentro do sistema de colaboração, solidariedade e uma das dificuldades que o agente encontra dentro da nossa sociedade de hoje. O produto que o agente tem, essa sociedade de consumo quer que você venda imediatamente e com esse dinheiro você aplique imediatamente no comércio então é muito difícil. (Entrevistado 10).

Devido à seca o produto está em falta e o preço está muito alto. Está faltando também cuidado nos pomares de caju, as doenças também e um grande problema e desafio. (Entrevistado 11).

Eu acho que o principal desafio é a perseverança, confiança e a coletividade de todos (Entrevistado 6).

Os desafios perpassam as vantagens competitivas, pois é necessário para busca de competitividade e o fortalecimento das mesmas. (CASSIOLATO LASTRE E STALLIVIERI, 2008). É importante destacar que todos os desafios expostos são enfrentados de forma otimista para alcançar os objetivos desejados pela economia solidária, sendo umas das formas de viver no mundo em que uma pequena parte busca o cooperativismo, associativismo, o bem estar, e a igualdade dos envolvidos.

5.6 Apoio

Os apoios são de fundamental importância para a economia solidária, pois os mesmos norteiam e dão o suporte necessário para o fortalecimento do APL, que possuem como vantagens. Carrocho e Queiroz (2009) afirmam que os pequenos produtores devem ter uma presença junto às instituições de apoio que são: Fundação Banco do Brasil, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional (SDR), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários (UNISOL), Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF).

Na verdade é assim o apoio que - tem, nós temos basicamente do governo federal, com as suas instituições: universidades, Embrapa, EMATER, Fundação Banco do Brasil, SEBRAE, esse pessoal nos apoia. A parte do município o agente sabe que são recursos muito pequenos e institucionalmente não tem como ajudar. (Entrevistado 7).

Quem nos ajuda muito sempre esta com agente é a Fundação Banco do Brasil, SEBRAE, UNISOL, SDR, CODEVAF, BNDES, Banco do Nordeste, Governo Federal, EMATER esses são nossos parceiros sempre ajudam agente. (Entrevistado 5).

Apesar da economia solidária no APL de caju, conseguir vários tipos de apoios ainda não é suficiente para suprir a necessidade de todos os envolvidos, e os que possuem esses apoios aproveitam de forma eficiente. Os apoios deveriam partir da esfera Municipal, seguida da Estadual e conseqüentemente Federal, porém isso não acontece hoje em dia, mas, pode-se perceber que somente algumas instituições têm presença ativa.

5.7 Governança

A governança é de suma importância para a economia solidária, pois a mesma é responsável pelo processo de planejamento, organização e controle, direcionando o aglomerado para as melhores decisões com apoio dos demais associados. É através dela que será movido todo o processo do empreendimento, baseando-se na identificação do problema e buscando a sua solução, pois é através da interação e da cooperação que pode-se analisar o que vai ser melhor para a economia solidária, como afirma Singer (2010), que na economia solidária todos tem participação igualitária na tomada de decisão, pois elas são discutidas em assembleias, o que permite uma maior participação de todos, utilizando como ferramenta o voto para tomar as decisões.

A gente trabalha com muitas reuniões, pra saber como anda as coisas, como está à produção. Para a tomada de decisão a gente forma uma mesa redonda convoca a diretoria (Entrevistado 6).

a gente faz as reuniões e quando é uma coisa individualizada, por exemplo, se eu quero realizar uma coisa em determinada propriedade ai eu já tenho minha liberdade não preciso ir na cooperativa ouvir a cooperativa não a gente tem liberdade sim (Entrevistado 8).

Dessa forma, no decorrer da pesquisa, pode-se observar que todos tem participação nas reuniões e nas tomadas de decisões que estão relacionadas à economia solidária no APL, fazendo com que todos tenham participação ativa, porém quando se trata das decisões em relação à produção é o produtor que toma suas devidas decisões com base no benefício de todos.

6 CONCLUSÃO

O presente artigo teve como objetivo analisar as práticas da economia solidária em relação ao APL, desse modo à pesquisa utilizou-se de um levantamento bibliográfico para dar suporte nesse contexto, e analisar a existência, através de um roteiro, de entrevista aplicado aos envolvidos, para assim encontrar respostas.

Em resposta ao problema de pesquisa foi possível verificar que apesar de pouco tempo de existência do APL de caju, verificou-se a vivência de algumas praticas de economia solidária no Apl, tais como: melhoria da qualidade de vida, inclusão social, aumento da renda, preço justo dos produtos, maior participação no mercado, melhor qualidade dos produtos, preocupação com o meio ambiente, melhor negociação e comercialização. É interessante ressaltar ainda, que no APL foi verificado a valorização dos indivíduos e do trabalho que compõem a economia solidária, essa valorização se da através do preço justo, ou seja, o preço que supre todas as necessidades dos envolvidos para assim elevar suas vantagens em relação à produção e reduzir as vantagens que os atravessadores obtêm em relação ao preço.

Pode-se observar também que existem ainda os ganhos ambientais, pois os produtores adotam formas de trabalho que não agridem ou pelo menos reduzem os danos que causam ao meio ambiente, já que ele é o fator primordial para que a atividade não desapareça. Foi possível perceber a existência de apoios técnicos disponibilizados pelas instituições de apoio para a realização das atividades que também aparecem como fator determinante, elevando o nível de conhecimento dos produtores em relação à atividade de produção e a comercialização.

Com as práticas adotadas pelo apl, em relação à economia solidária perceberam-se algumas melhorias tais como a convivência de forma mais humanizada, pensando sempre no bem estar dos envolvidos e trabalhando em coletividade, geração de renda o que permite a participação dos mesmos na economia. Os produtores visam sempre o nível mais eficiente da qualidade dos produtos o que pôde ser observado com o alcance de participação no mercado externo.

Contudo, verificou-se algumas deficiências em relação às praticas da economia solidária, tais como: a incipiente capacitação da mão de obra , e a pouca existência de apoio governamentais, além de perceber o desânimo dos produtores em relação à produção dos últimos anos, devido à escassez de chuvas, que não tem contribuído muito para a produção.

Pelos aspectos analisados, verifica-se que o resultado esperado com essa pesquisa foi de intensificar o conhecimento sobre as práticas da economia solidária dentro do Apl, a necessidade de discussão, e a criação e sustentação do APLs para que aja crescimento econômico social em regiões onde as oportunidades são poucas e que a população por si só não tenha a capacidade estrutural ou técnica de explorar de forma eficiente as suas potencialidades.

REFERÊNCIAS

AQUINO, Jakeline Rodrigues de. **A Economia Solidária e a inclusão dos marginalizados: um estudo dos empreendimentos econômicos e solidários das cadeias produtivas de mel e do caju no território do vale do guaribas.** 2011. 89 f.: trab.; 30 cm. COD – 338.5

BORINELLI, Benilson; SANTOS, Luís Miguel Luzio dos; PITAGUARI, Sinival Osório. **Economia solidária em Londrina: aspectos conceituais e a experiência institucional.** Londrina: UEL, 2010. 224 p. : il. Inclui bibliografia. ISBN 978-85-7846-004-4

BARROSO, Janayna Arruda.; SOARES, Alexandre Araújo Cavalcante. **O impacto das políticas públicas no desenvolvimento de arranjos produtivos locais: o caso do APL de ovinocaprinocultura em Quixadá, Ceará.** Rio de Janeiro: RAP, 2009.

BARROSO, Janayna Arruda. **Políticas Publicas e Arranjo Produtivo Local: Um estudo de cajo do APL de ovinocaprinocultura em Quixadá Ceará, 2009.** Disponível em: <
http://ftp.unisc.br/portal/upload/com_arquivo/dissertacao__administracao__politiccas_de_arranjos_produtivos_locais__um_estudo_de_caso_do_apl_de_ovinocaprinocultura_em_quixada_ceara.pdf> . Acessado em 06 de Junho de 2013.

BRITO, Jorge. **Cooperação tecnológica e aprendizado coletivo em redes de firmas: uma sistematização de conceitos e evidências empíricas.** Niterói: UFF, 2002.

CARROCHO, Tain´Tamila; QUEIROZ, Timóteo Ramos: **Análise de Potencialidades para Formação de um Arranjo Produtivo Local**. São Paulo:2009.

CARVALHO, Keila Lúcio. **Economia Solidaria como estratégia de desenvolvimento: Uma análise Crítica a parti das contribuição de Paul Singer e José Ricardo Tauile**. In: I CIRCUITO DE DEBATES ACADÊMICOS. Code 2011. Ipea.

CASTRO, Luiz Humberto de. **Arranjo Produtivo Local**. Brasília: SEBRAE, 2009. 44p.
CEZARINO, Luciana Oranges; CAMPONAR, Marcos Cortez. **Vantagem competitiva para as micro, pequenas e médias Empresas**. Revista Economia & Gestão ISSN.v.6, n. 12.Disponível em:<<http://periodicos.pucminas.br/index.php/economiaegestao/article/view/37>>. Acesso em: 17 de Jun. 2013.

CITÓ, Maria Hebe Camurça. **Avaliação das Políticas Publicas de Economia Solidaria - Acesso por grupos organizados na cidade de Fortaleza**. IPEA, 2010. Disponível em: <<http://wpmapp.oktiva.com.br/wp-mapp/files/2011/07/MARIA-HEBE-CAMUR%C3%87A-CIT%C3%93.pdf>> . Acessado em 06 de Junho de 2013.

COSTA; Ana Monteiro; PATIAS, Tiago Zardi; MARCO, Daiane. **Arranjos produtivos locais e o desenvolvimento ousando mudar as estruturas estabelecidas: uma análise seniana do APL do leite e dos assentamentos em Santana do Livramento/RS**. URCA, 2012. Disponível em: <http://www.urca.br/coloquioeconomia/IIcoloquio/anais/trab_apl_desenv_local/1.pdf> . Acessado em 19 de Junho de 2013.

DIEHL, Astro Antonio. **Pesquisa em Ciências Sociais Aplicadas: Métodos e Técnicas**. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

DUARTE, Vilmar Nogueira. Características dos Arranjos Produtivos Locais: o Caso do Vinho na Região do Vale do Rio do Peixe. **Evidência - Ciência e Biotecnologia - Interdisciplinar**, [S.l.], v. 12, n. 2, p. 123-136, set. 2012. ISSN 2236-6059. Disponível em: <<http://editora.unoesc.edu.br/index.php/evidencia/article/view/1787>>. Acesso em: 24 Junho. 2013.

EBER, Fabio Stefano. Eficiência coletiva em arranjos produtivos locais industriais: comentando o conceito. **Economia UFRJ**, Belo Horizonte, v. 18, n. 1. 2008. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010363512008000100001&script=sci_arttext>. Acesso em: 13 junho. 2013.

FAURÉ, Yves-A; HASENCLEVER, Lia. **O desenvolvimento Local no Estado no Rio de Janeiro – um estudo avançado nas realidades Municipais**. Rio de Janeiro:E-papers, 2005.

FAVER, Leonardo. Arranjo Produtivos Locais (APL) como forma de desenvolvimento local sustentável baseado na agricultura orgânica. In: OLIVEIRA, José Antônio Cuppim de. (Org.) **Pequenas Empresas, Arranjos Produtivos Locais e Sustentabilidade**. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

FERREIRA, Laércio de Matos. **A inovação tecnológica e as dinâmicas locais**: Estudo comparativo de APLs de software no nordeste do Brasil. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2008.

FILHO, Jair do Amaral; CARRILLO, Jorge, **Trajetória de Desenvolvimento Local e Regional**. Rio de Janeiro: E-papers, 2011.

LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho Científico**. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2006.

LEITE, Francisco Tarciso. **Metodologia Científica**: métodos e técnicas de pesquisa - monografias, dissertações, teses e livros. São Paulo: Ideias & Letras, 2008.

MATIAS, RAQUEL BEZERRA. **Gestão de Cooperativas e economia Solidária**: Um estudo de caso na Central de Cooperativas de Cajucultores do Estado do Piauí – COCAJUPI na cidade de Picos – PI. Picos: UFPI, 2011. 46 p., 30 cm. COD – 658. 047.

MEDEIROS, Amanda Cristina; CUNHA, Eduardo Vivian. Economia solidária e desenvolvimento local: a prática dos empreendimentos econômicos solidários na região do Cariri Cearense. **Desenvolvimento em Questão**, v. 10, n. 21, p. 61-87, 2012.

MYTELKA, Lynn. K.; FARINELLI, Fluvia. Local clusters, innovation systems and sustained competitiveness. In: **Arranjos e sistemas produtivos locais e as novas políticas de desenvolvimento industrial e tecnológico**. Rio de Janeiro: Instituto de Economia/UFRJ, 2000.

NASCIMENTO, Edson Ronaldo. **Princípios da economia solidária**. Brasília: Ferreira, 2006. 2006.

NETTO, José. Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política**: Uma introdução Crítica. São Paulo: Cortez, 2009.

PEREIRA, Carlos Alberto Messeder; REIS, Patrícia. **Comunicação, Cultura e Sustentabilidade**: Desenvolvimento sustentável nos APLs de cabo Frio e Santo Antônio de Pádua. Rio de Janeiro: E-papers , 2008.

SENAES. **Atlas da Economia Solidária no Brasil**. 2005 – 2007. Org. Associação Nacional dos Trabalhadores e Empresas de Autogestão e Participação Acionária – ANTEAG. São Paulo: Todos os Bichos, 2009.

SENAES. **Um ano de Avanço para a economia solidária**: Economia Solidária em Desenvolvimento no contexto do Plano Brasil Sem Miséria. Boletim Informativo. Nº 25. Brasília, dezembro de 2011.

SHERER, Elenise; OLIVEIRA, José Aldemir de. **Amazônia**: Políticas Publicas e Diversidade cultural. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

SILVA, Zeneide de Almeida. **Economia Solidária e a Autogestão: uma análise das iniciativas cooperativas e gestionárias no Brasil**. UNICAP, 2009. Disponível em: <www.unicap.br/20042/zeneide.pdf> . Acessado em 06 de Junho de 2013.

SINGER, PAUL. **Introdução à Economia Solidária**. 4. Ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2010.

TEIXEIRA, Francisco. Políticas públicas para o desenvolvimento regional e local: o que podemos aprender com os arranjos produtivos locais (APLS)? **Revista Organização e Sociedade**, 2008. Disponível em:< <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/1615>>. Acesso em: 13 junho. 2013.

VASCONCELOS, Teodula Augusto Campelo. A economia Solidária na construção Social do desenvolvimento territorial. In: ORTEGA, Antonio Cesar; FILHO, Niemeyer Almeida. **Desenvolvimento Territorial, segurança alimentar e economia solidária**. São Paulo: Alínea, 2007.

VERGARA, Sylvia Constante. **Projetos e relatórios de Pesquisas em administração**. 8. Ed. São Paulo: Atlas, 2007.

APÊNDICE A- QUESTIONÁRIO

Roteiro de Entrevista (Gestor)

1. O que você entende por (Arranjo produtivo local) APL? Você acha que a COCAJUPI se enquadra nos padrões de APL? Por quê?
2. Há quanto tempo o APL está inserido no mercado?
3. Depois que se inseriu no APL de caju, você conseguiu qualificar sua mão de obra? Como?
4. Você enquanto gestor do APL oferece ferramentas necessárias para especializar seus produtores? Quais?
5. Você acha que depois que você se inseriu no APL conseguiu força para atuar em um mercado nacional e internacional? Explique de que forma?
6. Como são compartilhados os recursos obtidos pelo APL?
7. E como funciona o comércio justo?
8. O que é justo?
9. Você se sente pressionado pelo mercado? Como?
10. No seu ponto de vista os produtos produzidos no APL são de ótima qualidade? Por quê?
11. Você tem oportunidade de trocar experiências com outros mercados? Como é feita essa troca de experiência?
12. Qual o papel do produtor dentro do APL? Quais são as características que uma pessoa precisa ter para que possa tornar-se um cooperado?
13. Quais as características que uma pessoa precisa ter para se tornar um cooperado?
14. Quais são os principais desafios para que seja realizada uma economia solidária de forma eficiente?
15. Quais são os produtos que compõem o APL de Caju?
16. Quais são os principais parceiros do APL para que o trabalho seja realizado? E como surgiram esses parceiros?
17. Os ganhos e as perdas são compartilhados entre todos? (se sim) Como é feita essa partilha?
18. O APL tem alguma preocupação com o meio ambiente (desenvolvimento sustentável)? (se sim que tipo de preocupação)?
19. Como é feita a seleção e substituição dessa governança (APL)?

20. Qual a fonte de remuneração dos funcionários da COCAJUPI?
21. Como são tomadas as decisões no âmbito das cooperativas singulares? Qual a participação do produtor?
22. Qual o destino da produção do APL, e qual é o posicionamento da governança no atendimento da demanda?
23. Quais os pontos que são considerados como fortes no APL?
24. Quais são os pontos fracos do APL?
25. Quais são as oportunidades que o APL possui para o seu desenvolvimento?
26. Existem instituições de coordenação no APL? Quais? Qual o trabalho desenvolvido por elas?
27. Como são transmitidas as informações para as cooperativas singulares? E como o senhor tem informação das cooperativas?
28. O APL oferece cursos, capacitação, orientações técnicas, para os seus cooperados?
29. Quais os apoios técnico/cursos recebidas na implantação e/ou desenvolvimento de sua atividade, em função da economia solidária?
30. Existe alguma dificuldade para a comercialização dos produtos? Como é feita essa comercialização?
31. Para você quais as vantagens em trabalhar ações relacionadas a economia solidaria ?
30. Como o APL se planeja para atender a demanda em um momento de crise?
31. Você está satisfeito com o APL?

APÊNDICE B- QUESTIONÁRIO
Roteiro de Entrevista (Produtor)

1. Há quanto tempo você participa do APL de caju?
2. Que atividades o senhor (a) desenvolve no Apl? E que vantagens ela traz para a coletividade?
3. O Senhor (a) já desenvolvia essas atividades antes de participar da economia solidária? Se sim, houve alguma diferença depois que você resolveu participar do empreendimento?
4. Depois que você inseriu no Apl sua vida familiar, e com os colegas de trabalho melhorou? Se sim, como?
5. O senhor consegue manter-se somente com o que é produzido dentro da economia solidária? Ou tem outra atividade para o complemento da renda?
6. Por que o senhor (a) resolveu participar do grupo (APL)?
7. Você se sente com liberdade para escolher a tarefa que lhe é mais apto, ou seja, que você desempenha melhor?
8. Como são tomadas as decisões em relação a sua produção?
9. Sempre que você vai tomar decisões em relação a sua produção, você tem que obedecer a ordem de outros? Se sim, quem?
10. Você tem participação plena (total) em relação às decisões que lhe afetam? (se sim, quais? Se não, porque não tem?)
11. Você se sente amparado pela sua comunidade? Sente-se seguro que se houver qualquer problema, as pessoas da comunidade o ajudaram a resolver?
12. Os ganhos e as perdas são compartilhados entre todos?
14. Vocês têm alguma preocupação com o meio ambiente (desenvolvimento sustentável)? Se sim, quais as atitudes tomadas para preservar o meio ambiente? Se não, por quê?
15. Você quanto cooperado tem acesso aos incentivos políticos (Municipais, Estaduais, Federais) para que sejam realizadas suas atividades?
16. Depois que você se inseriu no APL, facilitou o acesso ao crédito?

17. Quais são os principais desafios para que seja realizado o trabalho em coletividade de forma a alcançar o melhor resultado?
18. Como você tem conhecimento do que acontece no APL?
19. Você está satisfeito com o empreendimento? O que pode ser feito para melhorar o desenvolvimento de suas atividades dentro da cooperativa?
20. O senhor tem algum apoio técnico/cursos recebidos na implantação e/ou desenvolvimento de sua atividade, em função da economia solidária? Quais?
21. Em que momento do desenvolvimento de suas atividades o (a) senhor (a) recebeu esse apoio técnico?
22. Que instituições se fizeram mais presentes no apoio às suas atividades produtivas?
23. A participação no grupo de forma solidária melhorou ou piorou o desenvolvimento das atividades profissionais?
24. Como é feita a comercialização dos produtos? O senhor tem dificuldade para comercializa-los?
25. Como você se planeja para atender a demanda em um momento de crise?



TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DIGITAL NA BIBLIOTECA
"JOSÉ ALBANO DE MACEDO"

Identificação do Tipo de Documento

- () Tese
() Dissertação
() Monografia
(X) Artigo

Eu, ANGÉLICA HELENA DA SILVA; MARIA PATRÍCIA RAMOS DIAS.
autorizo com base na Lei Federal nº 9.610 de 19 de Fevereiro de 1998 e na Lei nº 10.973 de
02 de dezembro de 2004, a biblioteca da Universidade Federal do Piauí a divulgar,
gratuitamente, sem ressarcimento de direitos autorais, o texto integral da publicação
ECONOMIA SOLIDÁRIA VERSUS ARRANJO PRODUTIVO LOCAL: Um
ESTUDO DE CASO NO APV DE CASO DA CIDADE DE PICOS-PI.
de minha autoria, em formato PDF, para fins de leitura e/ou impressão, pela internet a título
de divulgação da produção científica gerada pela Universidade.

Picos-PI 26 de SETEMBRO de 2013.

Angélica Helena da Silva
Assinatura

Maria Patrícia Ramos Dias
Assinatura